



31(1): 183-187
jan/jun 2006

RESENHA CRÍTICA

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular – análise da prática do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966).* Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 304 p. (Coleção Educação Contemporânea).

Algumas considerações de inspiração gramsciana

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente

Difícil de explicar o turbilhão de idéias e emoções que me acompanharam durante a leitura do livro de Osmar Fávero. Entretanto, ao finalizá-lo, com a sensação de saciedade por ter aprendido muito, reiterou-se a minha convicção de que nenhuma revolução social no futuro, próximo ou distante, poderá ser feita se a história passada não for conhecida. Nesse caso, não se tratará de falseamento, mas de desinformação e despreparo, irresponsabilidade. Isso porque, ao ler a descrição primorosa de Fávero, relatando em retrospectiva uma experiência do passado, foi impossível não reportar seletivamente seus ensinamentos para compreender o presente com outros olhos. Tenho em mente as recentes propostas e ações de instâncias governamentais responsáveis por encontrar caminhos para a reforma agrária e para o apoio aos agricultores familiares – com características plurais, inclusive com a perspectiva de inovar a assistência técnica e extensão rural a ser oferecida, fortalecendo o seu caráter educativo e dialógico. Infelizmente, tais propostas e ações vêm sendo registradas em minha memória como um amontoado de descompassos e desconhecimentos, difíceis de serem aceitos, mesmo num momento em que se faz a apologia da ignorância. Avanços há, mesmo que duvidosos. Entretanto, falta aos

formuladores e operadores das políticas públicas – voltadas para os segmentos empobrecidos – o domínio da história, especialmente o estudo de experiências já vividas neste País, como a do MEB, de que trata o livro. Caso esses agentes públicos fossem sensíveis ao aprendizado, sob a égide de que “o país respira novos ares”, poderia essa experiência ser revisitada?

Criado pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MEB inicialmente foi concebido como programa de educação de base, através de escolas radiofônicas, principalmente nas zonas rurais das regiões subdesenvolvidas – segundo o linguajar da época –, com forte atuação no Nordeste. Sua proposta era alfabetizar e divulgar noções de saúde, de associativismo, de procedimentos técnicos de agricultura. Mas, nos anos seguintes, como destaca Celso Beisiegel, o prefaciador, com práticas reformuladas, “o Movimento substituiria uma atuação sobre o povo por um caminhar com o povo” (Fávero, 2006, p.xiii). A compreensão das raízes, dos momentos de redefinição e das contradições do movimento é o percurso escolhido pelo autor nos três capítulos iniciais – antecedido pelo incomum capítulo 0, no qual fornece informações preliminares sobre o trabalho originalmente apresentado como tese de doutorado em Educação em 1984. Nos capítulos 4, 5, 6, e 7 são detalhados todos os recursos utilizados, e no capítulo 8 é apresentada uma síntese da proposta pedagógica do MEB – desde sua criação até quando se operou o “recoo ideológico”, definido no corte histórico indicado no título, quando a repressão da ditadura vigente tornou-se implacável. Nos capítulos 4 e 5, em que o autor trata do sistema radioeducativo e do material didático, respectivamente, merecem destaque a reprodução textual do programa radiofônico da série ‘realidade política/massificação’, produzido pela equipe do MEB e veiculado pela Rádio Rural de Natal, em 26 de junho de 1962 (ibidem, p.151-155); e também as lições do conjunto didático *Viver é lutar* (idem, p. 181-195).

A leitura do livro possibilitou-me imaginar, como se assistisse a um filme, de que modo as atividades didáticas eram desenvolvidas, a reação e a sensação dos participantes, muitas vezes com um nó na garganta e lágrimas contidas. Isso se justifica porque, além da já mencionada capacidade descritiva do autor – de fazer inveja a qualquer antropólogo –, os processos de construção da memória, desde que evocados a partir de circunstâncias sociais definidas, podem ser compartilhados.

A transformação e a conversão de uma ação educativa inicialmente assistencialista, e por isso de dominação, em uma ação qualitativamente diferente “na qual os valores culturais dos grupos populares eram aprendidos, retraduzidos e retornavam aos mesmos grupos (...) significaram também um aprendizado para os agentes do MEB e para a própria Igreja” (idem, p. 9-10). Nesse processo de aprendizagem e re-tradução, assumiu papel de destaque um grupo de leigos, formado principalmente por profissionais liberais e estudantes universitários voluntários, seja que possuíam uma alto nível de formação. Embora Fávero se proponha a mostrar que a pedagogia do MEB foi construída

sobretudo na prática, reconhece que – aceitando-se a unidade dialética entre a teoria e a prática –, “é no pólo teórico que vamos encontrar as elaborações que justificam e fundamentam a prática” (idem, p. 99).

Dentre as muitas contradições do movimento examinadas pelo autor, a pergunta crucial é: “Pode um movimento educativo promovido pela Igreja, patrocinado pelo Estado e coordenado por agentes em sua maioria provindos da pequena burguesia, tornar-se um movimento popular?” (idem, p. 111). A resposta é oferecida páginas adiante, quando se reafirma que o MEB merecia a confiança da população rural “*por ser ligado à Igreja*, e pela identificação que seus agentes conseguiam com os monitores e líderes, o questionamento que fazia das injustiças e da exploração, que aliás eram vividas e sentidas, tinha a força de uma denúncia” (idem, p. 197, grifo meu). Tudo indica que as dificuldades desses agentes residiram, além do *quantum* de consciência possível que alcançavam naquele momento, no fato de que o movimento constituído no interior da estrutura eclesial não poderia criar comunidades “suspensas”, acima da realidade social. Não por acaso “o conceito de classe social não estava presente na teoria do MEB, muito menos era aceita a perspectiva da luta de classes” (ibidem, p.185). Também, “os problemas concretos do trabalho e da posse da terra, no entanto, e a extrema radicalização do autoritarismo e da exploração em quase todas as áreas, não poderiam ter resposta no educativo” (idem, p. 165).

No centro da polêmica em torno da religiosidade popular, há interpretações que ressaltam a importância da religião para operar a organização do povo, e que crêem no seu papel libertador; e outras que se contrapõem, destacando a pouca ortodoxia da religião, seu caráter alienante ou a possibilidade de cooptação, facilitando o controle religioso da população por parte da Igreja. Entretanto, nessa discussão, deve-se destacar o caráter político-ideológico de interesses da instituição religiosa, que espelham contradições presentes na sociedade de classes. Em outras palavras, a Igreja Católica não pode ser tomada em bloco, mas como uma estrutura, na qual estão presentes conflitos. Desse modo, torna-se impossível pensar em transformar a Igreja sem transformar a sociedade, e não considerar os significados políticos das mudanças internas, mesmo que estas sejam compreendidas ou visem à manutenção e à sobrevivência institucional da Igreja.

Portelli (1984, p. 31-32)), ao analisar o pensamento de Gramsci acerca da religião, afirma que a ideologia religiosa pode oferecer às classes subalternas a base para uma ação positiva. Porém, nem toda ideologia religiosa seria necessária, mas tão-somente aquela que corresponde a um movimento popular visando à superação da passividade dessas classes. Nessa mesma linha de compreensão caminha Fávero; contudo, para Gramsci, nem a religião nem o senso comum são uma ordem intelectual como a filosofia (2001, p. 96). Como se sabe, a partir da *filosofia da práxis*, o teórico político italiano teve uma trajetória marcada pela disciplina intelectual e pela crítica radical – no sentido de buscar o entendimento das coisas pela raiz – da sociedade capitalista, em particular, da Itália de seu

tempo, país cuja tradição católica é inquestionável. Mas a análise concreta da realidade, exigida pela ciência da história - história como processo, história das relações dos homens com a natureza e com os outros homens - exigia (e exige) que fossem desenvolvidos outros aspectos da questão revolucionária. Ao procurar entender a singularidade italiana, estabelecendo estratégias e táticas que deveriam ser utilizadas para a tomada do poder, Gramsci pôde construir categorias de caráter universal aplicáveis a outras realidades singulares. Isso não eximiria, contudo, os intelectuais orgânicos, nessas realidades singulares, do conhecimento das suas necessidades gerais.

Para o teórico marxista, a Itália seria expressão da sociedade capitalista de tipo ocidental – em contraposição à de tipo oriental, que teria por paradigma a União Soviética. Nas nações com as características da primeira deveria ser priorizada e travada uma *guerra de posição*, pois difeririam das de tipo oriental pelo grau de complexidade organizativa da sociedade civil, instância do consenso. Essa instância de concepções do mundo e circulação de ideologias, juntamente com a sociedade política, como instância coercitiva, garantem a hegemonia estatal da sociedade capitalista, tomada como bloco histórico – conjunto complexo, contraditório e discordante das relações sociais de produção e das superestruturas, na qual se insere o Estado –, conforme a teoria elaborada por Gramsci. No caso da nação de tipo oriental, o embate ideológico ficou num segundo plano. Partiu-se, sem mediação, para a *guerra de movimento*. Tanto em uma forma quanto em outra, seria fundamental que se garantisse a hegemonia da concepção de mundo da classe revolucionária, sem a qual se revelaria impossível manter o controle da sociedade política. Do relato feito por Fávero, depreende-se que foi realizada uma importantíssima *guerra de posição* no interior da Igreja católica e, por consequência, em toda a organização social, no sentido de elaborar “uma contra-ideologia para um novo bloco histórico, visando a uma transformação radical das estruturas da sociedade brasileira (idem, p. 11). Também pode-se concordar que, no Brasil, “na difusão de uma nova concepção de mundo, visando a torná-la popular, é fundamental o papel da(s) Igreja(s) – e, em decorrência, de movimentos que ela criados ou apoiados, como foi o caso do MEB” (idem, p. 242). Entretanto, o alcance de suas teoria e prática não poderia ser “doutrinário” Quem sabe, insistente, uma vez que todo movimento social jamais deve cansar-se de repetir os mesmo argumentos, por ser um meio didático eficaz (Gramsci, 2001, p. 110).

Nem mesmo se poderia esperar que, no MEB, a juventude não tendesse “a aderir a camadas progressistas, no desejo de realizar a hegemonia de sua própria classe sobre o povo” (idem, p. 10). Pela simples razão de que tanto essa juventude, quanto o povo com o qual aprendeu e se comprometeu estavam mergulhados no processo de superação do senso comum. O fato de pertencerem aos quadros da pequena burguesia não os tornava imunes à alienação. Estavam os agentes do movimento envolvido num processo formativo de intelectuais de novo tipo. Ambos, povo e agentes do MEB, enfrentavam “uma das

necessidades de todo movimento cultural que pretende substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral” (ibidem, p. 240). Os profissionais que integravam o MEB, embora tenham conseguido “colocar toda a sua capacidade de ação a serviço dos camponeses e dos trabalhadores rurais” (idem, p. 196-7), em alguns momentos e em alguns lugares, tendo em vista que “é essencial a tarefa educativa dos intelectuais’ na organização do campesinato como classe” (idem, p.109), não tinham condições de enfrentar essa questão porque, como se afirmou, não eram aceitos pelo movimento o conceito de classe social e a perspectiva da luta de classes. Em contrapartida, devem ter feito um proveitoso inventário!

Para ser eficaz a contra-ideologia ou a nova concepção do mundo a ser construída deve ter a solidez das crenças religiosas (Gramsci, 2001, p.118-9). Essa construção se realiza ocupando-se gradativa e taticamente posições tanto nas estruturas estatais, como na sociedade civil. Isso não se faz sem avanços e recuos, mas é imprescindível que se reconheçam eventuais erros para que não sejam repetidos e sempre evitados. Como sugeri, na atualidade, por falta de percepção histórica e teórica, essas lições não foram aprendidas.

A memória conta o que lembra, a História conta o que sabe, afirmou um historiador. Valendo-me de minha liberdade interpretativa, finalizo a resenha: Osmar Fávero conta o que sabe de memória para lembrar a História. E pela forma generosa de dar ao leitor interessado acesso à experiência que viveu e aos dados que coletou, eu agradeço.

Referências Bibliográficas

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 1. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente é professora da Universidade de Brasília, UnB.

Endereço para correspondência:

anavalente@unb.br